

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA - 15/05/08

Aos Quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e quinze minutos, na sala de reuniões da SESAU, deu-se início, em segunda convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença dos membros da SESAU: Ruth Mercês L. N. Paranaguá – Superintendência de Vigilância e Proteção a Saúde, Ullannes Passos Rios – Diretoria de Vigilância Sanitária, Soraia Roges Jordy Sat'Ana – Diretoria de Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde, Luiza Regina Dias Noleto – Diretoria de Gestão Administrativa, Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo – Diretoria de Atenção Primária, Shirlaine Valeriano Alves Barbosa – Diretoria de Gestão na Educação na Saúde e os Secretários Municipais de Saúde membros do COSEMS: Valdênia Barbosa A. de Araújo (Tocantínia), Júlio César Galvão (Paraíso do Tocantins), Áurea Maria Casagrande da Luz (Araguaína), Emival Nunes da Fonseca (Guaraí), Furtunato Soares Barros (Gurupi), Samara Q. Borges Gomes da Costa (Palmas), Simone Keller Botelho (Dianópolis), Maria Vani B. S. Nogueira (Tocantinópolis). A Presidente substituta da CIB, senhora Maria Auri Gonçalves Souza, verificou o quórum, a paridade e deu início a reunião. Informou aos presentes que a reunião teria início com a leitura bíblica realizada pela senhora Cirilúcia Bezerra, Secretária Executiva da CIB, que após cumprimentar a todos, proferiu o Salmo 136, em seguida, solicita uma oração espontânea a ser conduzida pela Diretora de Gestão na Educação na Saúde. Itens para apreciação da pauta: ITEM 01- Apreciação da Pauta: Após lida a pauta a Sra. Maria Auri apresentou alguns encaminhamentos tais como: solicitou que o item 12 entrasse apenas como esclarecimento e que fosse incluído no final, junto com os informes; o item 13 que se refere à solicitação de inclusão, que também entrasse como informe, portanto as aprovações ficariam até o item 11. A pauta foi aprovada com as alterações solicitadas. Em seguida a Presidente pediu apreciação da mesa para que o item 07 fosse apresentado logo após a aprovação da ATA, devido à necessidade da Diretora de Assistência Farmacêutica ter que se ausentar da reunião. A plenária permitiu que o item 07 fosse antecipado. Em relação ao referido item, a Presidente ressaltou que houve um equívoco quando a Secretaria Executiva colocou na pauta somente a aprovação e apreciação da alteração da Resolução CIB N°07/2008, porém a referida resolução dispõe também da proposta de pactuação da dívida da Assistência Farmacêutica de 2001 a 2006. Portanto o item 07 será desmembrado em dois pontos: mudança da Resolução CIB

Nº07/2008 e proposta de pactuação da dívida referente à contrapartida estadual da Assistência Farmacêutica dos anos 2001 a 2006. As modificações foram aprovadas pela Plenária. **ITEM 2– Apreciação e Aprovação da ATA da Reunião Ordinária da CIB de 27 de março de 2008:** Ata aprovada pela plenária. A Secretária Executiva da CIB pediu a palavra e informou sobre alguns encaminhamentos que foram feitos ontem na reunião prévia do Estado e na reunião prévia do COSEMS. Um deles foi para que os projetos de Vigilância Sanitária Municipal que já são elaborados em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual passassem a ser da forma que são implantados os projetos de Equipe de Saúde da Família. A Plenária CIB delegaria à área técnica a responsabilidade de analisar, aprovar, autorizar e traria para a reunião da CIB os projetos, com parecer técnico, sem mais necessidade de apresentação. Seria somente realizada a leitura e a CIB homologaria. A área técnica estadual receberia esta delegação por parte da plenária da CIB. O Diretor Estadual de Vigilância Sanitária ressaltou que esse trabalho já vem sendo feito pela Gerência de Descentralização através da Diretoria de Vigilância Sanitária que vai até o município e elaboram em conjunto deixando o plano pronto, a apresentação vinha sendo feita para contemplar a CIB. A Presidente informou que a partir desta reunião a Diretoria de Vigilância irá dizer se os referidos planos estão de acordo para que sejam aprovados. A presidente solicitou a aprovação da plenária que aprovou por consenso.

ITEM 07b – Apreciação e Aprovação da Proposta de parcelamento do débito referente ao período de 2001 a 2006 da contrapartida estadual do Incentivo da Assistência Farmacêutica Básica: A senhora Regina Mara/Diretora de Assistência Farmacêutica iniciou dizendo que no mês passado apresentou a proposta para apreciação da plenária, entretanto, em virtude de não ter contado a tempo o COSEMS, não houve discussão e pactuação sobre este assunto. Ontem, houve a reunião com o COSEMS e a SESAU apresentou novamente a proposta de pagamento dos débitos referentes à contrapartida estadual do incentivo à assistência farmacêutica básica dos anos de 2001 a 2006. O saldo devedor da SESAU com os municípios é de R\$ 3.136.187,73 (três milhões, cento e trinta e seis mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e três centavos). A proposta da Secretaria é de que este valor seja dividido em duas parcelas, 50% pago em 2008, dividido em seis parcelas, pagamento a partir de julho e 50% em 2009 a partir de fevereiro até dezembro de 2009, em valores a serem apresentados de formas distintas: valor da contrapartida estadual e valor da proposta de pagamento dos débitos. Citou como exemplo o município de Abreulândia. Área

67 Maria/Presidente do COSEMS se posicionou dizendo que o COSEMS aprova a proposta,
68 mas solicita que a área técnica articule junto ao Ministério da Saúde para que os
69 municípios possam utilizar este recurso para aquisição de móveis e equipamentos (ar
70 condicionado, computador), visto que o referido recurso já foi gasto pelos municípios nos
71 anos anteriores e não poderá ser devolvido ao tesouro público. A intenção é que se possa
72 utilizar parte do recurso para equipar as farmácias básicas. "Sabemos que a portaria não
73 permite isso, mas sabemos que pode haver um entendimento junto ao Ministério por essa
74 situação ter acontecido", cita Áurea. A Presidente informou que o recurso é do governo
75 estadual, ou seja, fonte 00 e o Ministério da Saúde não tem o porquê de autorizar ou não.
76 "É necessário saber é se o decreto que determina o repasse informa de como deve ser a
77 aplicação do recurso para então alterá-lo". A Presidente solicitou que seja realizada uma
78 reunião entre a Diretora de Assistência Farmacêutica e o Superintendente do Fundo
79 Estadual da Saúde para analisar a questão. A Presidente do COSEMS discordou e
80 ressaltou que existe uma portaria que obriga o Estado a repassar esse recurso aos
81 municípios em forma de medicamentos, ele é específico para isso, mesmo que seja do
82 recurso da fonte 00. A Presidente Maria Auri fez memória dizendo que esse recurso
83 deveria ter sido repassado num dado tempo e os pacientes não estão desde 2001
84 esperando para comprar o remédio e que os municípios arcaram com isso, porém o
85 recurso é da fonte 00, o que precisa ser feito é discutir esse assunto com a Diretoria
86 Jurídica e com a Superintendência de Gestão do Fundo e então determinar se o
87 município terá essa mobilidade para a aplicação do recurso, tanto para custeio de
88 medicamento ou qualquer outro custeio. Após discussões e explicações sobre as dúvidas
89 no que diz respeito à proposta, a presidente em exercício solicitou aprovação do item 07b.
90 A sugestão foi aprovada pela plenária da CIB. **ITEM 07a – Apreciação e Aprovação da**
91 **Proposta de Pactuação para alteração da Resolução CIB Nº 07 de 31 de janeiro de**
92 **2008:** A Sra. Regina Mara/Diretora de Assistência Farmacêutica falou sobre a proposta
93 para alteração da Resolução 07 de 2008 que trata da execução e financiamento da
94 Política de Assistência Farmacêutica da Saúde Mental no Tocantins. Informou que a
95 resolução foi aprovada na Reunião Ordinária do dia 31 de janeiro e que durante uma
96 Reunião do Colegiado de Gestão de Saúde Mental a Assistência Farmacêutica e a área
97 técnica da saúde mental verificaram a necessidade de esclarecer melhor alguns pontos
98 da resolução. As alterações realizadas são relacionadas a questão do repasse para
99 Araguaína "porque já tínhamos incluído artigo que trata do repasse para a Fundação". A

Sra. Maria Auri informou que a Secretaria de Estado da Saúde possui convênio com a Fundação Presbiteriana e que o repasse não pode ser feito para a Fundação. A sugestão foi aprovada pela plenária da CIB. A Diretora de Assistência Farmacêutica solicitou a palavra e esclareceu sobre o artigo que determina a total responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde no fornecimento de medicamentos elencados na portaria 3.237 para os pacientes com transtornos mentais que tiverem acompanhamento da Atenção Básica ou que forem referenciados para o ambulatório. Os medicamentos destinados ao financiamento de saúde mental serão para pacientes que são acompanhados no serviço de saúde mental. O artigo seguinte determina a responsabilidade dos CAPS em dispensar os medicamentos prescritos a pacientes acompanhados pelo serviço nos regimes intensivo, semi-intensivo e não intensivo. O Sr. Júlio César/Secretário Municipal de Saúde de Paraíso disse que achou muito importante a fala da Diretora de Assistência Farmacêutica "visto que pode acontecer que os municípios que referenciam os pacientes para atendimento de ambulatório em psicologia, em psiquiatria, eles podem requerer que o município prestador de serviço no caso tem o profissional, ele vai querer que a gente banque também a medicação. Então, que fique claro que, o paciente referenciado que não seja CAPS, para o ambulatório, quem tem que bancar a medicação dele é o município, a Secretaria de origem do paciente". Item aprovado pela plenária. **TEM 03 – Apreciação e Aprovação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária de Crixás do Tocantins, para 2008:** A Sra. Maria Auri questionou ao Diretor de Vigilância Sanitária se o Plano de Crixás está em conformidade, o mesmo respondeu positivamente. Item 03 foi aprovado pela plenária. **ITEM 04 - Apreciação e Aprovação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária de Cariri do Tocantins, para 2008:** A Sra. Maria Auri questionou ao Diretor de Vigilância Sanitária se o Plano de Cariri está em conformidade, o mesmo respondeu positivamente. Item 04 foi aprovado pela plenária. **ITEM 05 - Apreciação e Aprovação das alterações das metas do SISPACTO estadual para o ano de 2008, dos indicadores abaixo relacionados:** Taxa de Internação Hospitalar de Pessoas Idosas por Fratura do Fêmur; Proporção de Investigação de Óbitos Infantis; Coeficiente de Mortalidade Neonatal; Cobertura de Primeira Consulta Odontológica Programática; Taxa de Internações por Acidente Vascular Cerebral; Taxa de Internação por Diabetes Mellitus e suas Complicações na População de 30 anos e Mais; Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente Após Notificação. A Sra. Soraia Jordy/Diretora de Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde fez memória da

133 apresentação na reunião prévia e perguntou se haveria a necessidade de apresentar
134 novamente. Como não houve dúvidas, a plenária aprovou a alteração das metas do
135 SISPACTO estadual para o ano de 2008 com os indicadores apresentados. ITEM 06 –
136 Apreciação e Aprovação do Plano de aplicação do recurso destinado a apoiar a
137 organização e funcionamento dos 15 Colegiados de Gestão Regional do Estado do
138 Tocantins: A Sra. Maria Luiza Salazar Freire/Coordenadora de Desenvolvimento e
139 Políticas da Saúde informou da importância da elaboração do projeto pela área técnica e
140 mencionou a apresentação e discussões ocorridas na reunião prévia com o COSEMS.
141 Continuou justificando que o mesmo é fruto de um trabalho de discussão interna com
142 relação aos custos e citou que o Ministério da Saúde lançou a Portaria 2.691 no ano
143 passado que estava divergente das orientações recebidas pelo DAD/Departamento de
144 Apoio à Descentralização em relação aos recursos dos Colegiados os quais poderiam ser
145 utilizados para investimentos e outras coisas mais. “Então, esta portaria coloca que o
146 valor é de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) por Colegiado que será recurso de custeio, em
147 parcela única anual ao Fundo Estadual de Saúde e no caso de regiões intramunicipais,
148 municípios de grandes metrópoles ao Fundo Municipal de Saúde devendo ser utilizado
149 apenas para gasto de custeio e que as CIBs definirão as regras de aplicação do recurso”,
150 cita Maria Luiza. Prosseguiu informando que com base no artigo 3º que trata do recurso, a
151 SESA/DGPDS elaborou um Plano de Aplicação desse Recurso e após discussão com o
152 COSEMS foram realizadas algumas alterações referentes ao valor do recurso. Maria
153 Luiza descreveu as 07(sete) metas estabelecidas com valores orçados no projeto, ficando
154 na planilha geral um total de 300.000,00 (trezentos mil reais) desse primeiro recurso, esse
155 é o primeiro ano que o Ministério repassou ao Estado. Há uma discussão que tanto a
156 Secretaria de Estado quanto o COSEMS precisa refletir sobre a forma de estruturar e
157 equipar os Colegiados com datashow, caixas de som, microfone para que as reuniões
158 pudessem ocorrer com suporte adequado. É necessário oferecer sustentabilidade
159 logística para as reuniões dos colegiados. Portanto, a SESA está solicitando
160 deferimento para aplicação do recurso. Após informações prestadas pela expositora a
161 Presidente em exercício, senhora Maria Auri, pediu aprovação. Item 06 foi aprovado. O
162 senhor Emival Nunes/Secretário Municipal de Saúde de Guaraí pediu a palavra para
163 expressar a preocupação com relação à inadimplência de alguns municípios que não
164 estão participando das reuniões dos Colegiados. “Não dá pra fazer colegiado sozinho” e
165 pediu ajuda da Secretaria de Estado da Saúde e da CIB para que outros municípios não

166 sejam prejudicados. Áurea Maria/ Presidente do COSEMS informou que solicitou à área
167 técnica do Estado que enviasse aos 139 municípios um ofício falando da importância dos
168 colegiados. Soraia Jordy/ Diretora Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde
169 informou que foi feita uma avaliação para verificar onde os colegiados não estavam se
170 reunindo, e foi enviado ofício assinado pelo Secretário de Estado da Saúde aos 139
171 municípios, na pessoa do Prefeito (a) Municipal informando sobre a importância do
172 colegiado, bem como das discussões loco-regionais da política para que se possa ter uma
173 organização dentro do Estado, do que se almeja do Sistema Único de Saúde no
174 Tocantins. E informou que o ofício já surtiu efeito na região sudeste. "Trata-se de algo
175 novo e que requer procura de estratégias para ir melhorando neste processo". **ITEM 08 –**
176 **Apreciação e Aprovação Pré-Projeto de Ampliação de Unidade Básica de Saúde no**
177 **município de Couto de Magalhães:** Após justificar a ausência do Senhor Nilton
178 Vale/Secretário Municipal de Couto Magalhães, o senhor Júlio César/Secretário Municipal
179 de Paraíso, disse que a pedido da Presidente do COSEMS será o expositor do Pré-
180 Projeto. A Presidente em exercício da CIB interrompeu fazendo uma breve memória ao
181 acordo feito com relação aos Pré-Projetos dos municípios elaborados com o apoio técnico
182 da Secretaria de Estado e caso os mesmos estivessem em conformidade seriam
183 apresentados na CIB para posterior resolução e portaria. A Sra. Áurea Maria questionou
184 "se esse acordo foi feito junto com a Secretaria". Soraia Jordy ressaltou a Emenda
185 Estadual e informou que tentou entrar em contato com Nilton e não conseguiu. A
186 intenção era para informá-lo que o modelo de inclusão que ele preencheu não era o
187 correto, pois este projeto não necessita ser apresentado na CIB. A Presidente Maria Auri
188 concluiu dizendo que Projeto de Emenda Parlamentar de Recurso Estadual não precisará
189 passar pela CIB. Somente irão passar pela CIB aqueles Pré-projetos que irão para
190 Ministério da Saúde e que exijam resolução. Portanto o projeto não será apresentado.
191 Após discussões e explicações sobre o fluxo e procedimentos com relação a projetos foi
192 dado encaminhamento para o próximo item. Aprovação pela plenária da CIB. **ITEM 09 –**
193 **Apreciação e Aprovação do Plano de Trabalho da Saúde do Trabalhador para 2008**
194 **com as alterações solicitadas pelo plenário da CIB:** O senhor Paulo Antonio/CEREST
195 fez memória da reunião prévia com o COSEMS e do consenso das alterações realizadas.
196 O Plano foi aprovado pela plenária da CIB. **ITEM 10 – Apreciação e Aprovação do**
197 **Projeto de Implantação de Centro de Referência ao Deficiente Mental e Portador de**
198 **Autismo para Atendimento Neurosensorial no Hospital Municipal de Araguatins:**

Devido à ausência da senhora Maria de Fátima/Secretária Municipal de Saúde de Araguatins para apresentação do projeto, o mesmo foi retirando da pauta e encaminhado para a próxima reunião da CIB. ITEM 11 – Apreciação e Aprovação do Projeto de Projeto de Implantação de Serviço de Reabilitação Física Nível Intermunicipal no Hospital Municipal de Araguatins: Devido à ausência da senhora Maria de Fátima/Secretária Municipal de Saúde de Araguatins para apresentação do projeto, o mesmo foi retirando da pauta e encaminhado para a próxima reunião da CIB. ITEM 12 – Apresentação e Esclarecimento do Tema: “SAÚDE AQUI VOCÊ TEM +”, elaborado pela Ouvidoria Estadual do SUS com relação ao município de Araguaína: A senhora Áurea informou que recebeu juntamente com os 138 municípios o “material elaborado pela ouvidoria do SUS” acompanhado de um Ofício endereçado aos Secretários Municipais de Saúde solicitando a divulgação do referido material. Após avaliação do material pelo COSEMS, teceu elogios, mas ressaltou que “o material hoje tem uma série de erros, uma série de questões que não são compatíveis com o que os municípios realizam” e que se realmente tivesse ocorrido mais articulação com as Secretarias Municipais teria sido uma boa idéia. “Uma vez que hoje está muito na moda a questão de ouvidoria e qualquer problema o paciente é orientado a ligar para o 0800 e reclamar”. Comentou ainda sobre as incoerências de procedimentos e serviços existentes na rede estadual e municipal e em relação aos usuários e horários de atendimentos municipais expostos no material. “Não houve articulação e nem interface com os municípios na confecção deste material e nós não vamos utilizar e nem divulgar porque ele não contempla lá na ponta o que está dizendo aqui”. Após discussões, Maria Auri propôs que o COSEMS oficialize o fato ao Secretário Estadual de Saúde colocando todas essas ponderações com relação ao material inclusive a decisão do COSEMS de não utilizá-lo. Esclareceu também que o material foi feito pela assessoria de comunicação e deveria ser revisto junto ao Gabinete. Item de informe – SIOPS – Diretoria de Planejamento: A senhora Soraia Jordy/Diretora de Gestão e Planejamento e Descentralização da Saúde esclareceu sobre o documento que está em mãos dos membros da plenária que contém o levantamento feito no dia 14/05 de municípios que ainda estão devedores em relação à alimentação do SIOPS. Há municípios devedores do anual de 2007. “A nossa grande preocupação é a questão do cálculo porque a partir de primeiro de maio de 2008, o cálculo iria ser estabelecido através do SIOPS e está previsto o corte federal aos municípios que não tiverem alimentado o sistema. Atualmente estão devedores no Estado

22 municípios. A nossa preocupação é para que estes municípios não sejam penalizados nesse corte de toda verba federal. Lembrando que não é só verba da saúde, é da educação, é do Ministério das Cidades, asfalto, saneamento, enfim, de tudo". A Diretora solicitou a ajuda do COSEMS para que os municípios realizem a alimentação do SIOPS devido à necessidade da SESAU em fechar a contabilidade em tempo hábil. Agradeceu ao COSEMS, pois eram 45 inadimplentes e este número foi reduzido para 22 Municípios.

ITEM 13 - Apreciação e Aprovação da Solicitação de Inclusão na Pauta: Inclusão

aprovada como informe. **ITEM 13.1 - Apresentação e Esclarecimento junto a solicitação de posicionamento da SESAU quanto ao agendamento do serviço de**

biópsia de próstata: A Sra. Maria Auri esclareceu que o serviço de biópsia de próstata é realizado pelo município de Palmas para a população de Palmas. Em relação ao Hospital Geral de Palmas embora tenham sido adquiridos equipamentos, os mesmos ainda não são suficientes para a realização do procedimento. Informou ainda que foi enviado documento para Samuel Bonilha/Secretário Municipal de Palmas solicitando a inclusão no contrato da Secretaria Municipal de Palmas de cotas para: 25 biópsias de próstata, 15 de cistoscopia, 15 estudos urodinâmicos e 15 eletroneuromiografia para serem disponibilizadas para a central de regulação da SESAU. "Estamos aguardando a Secretaria Municipal analisar dentro do contrato que ela possui com esses prestadores se isso seria possível, pois o Estado não pode contratar esses serviços dentro do território de Palmas. Porque o prestador só pode responder a um único gestor, como Palmas já tem contrato, a SESAU não pode contratar". Samara Borges/Suplente do Secretário de Saúde de Palmas informou que o município possuía até o final do ano o profissional para realizar o serviço de biópsias, porém houve um problema com o referido profissional e foi aberto um novo processo para credenciamento do serviço. A Secretaria Municipal de Palmas está aguardando e o processo está em etapa final, "esperamos o parecer da Procuradoria Geral do Município e acreditamos que no período de no máximo 10 ou 15 dias o novo profissional já estará realizando as biópsias". **Solicitação de Inclusão para**

informe na Pauta - Fórum Regional da VISA: Ullannes Passos/Diretor de Vigilância Sanitária informou que o Fórum para a região norte será realizado pela VISA no município de Palmas nos dias 04 e 05 de Junho. O evento está previsto para 170 pessoas e foram abertas 04 ou 05 vagas para o COSEMS. Os convites foram feitos para o Secretário Municipal de Saúde e para o Coordenador Municipal de Vigilância Sanitária. **Solicitação de Inclusão para informe na Pauta – Pesquisa na Equipe de Saúde da Família:**

265 Linvalda Rodrigues/Diretora de Atenção Primária informou que o Ministério da Saúde irá
266 realizar uma pesquisa em conjunto com uma Universidade do Tocantins e supõe que seja
267 a UFT. Segundo o DAD/Departamento de Apoio à Descentralização a mesma foi
268 informada de que o Ministério ou a Universidade irá entrar em contato direto com os
269 municípios. Esclareceu ainda que a SESAU não terá participação direta na pesquisa, pois
270 será uma pesquisa da universidade com os estudantes e com um grupo da Universidade
271 de Minas. Informou que será realizada em parceria com o Ministério da Saúde uma oficina
272 do SIAB nos dias 19 e 20 de maio no anexo I. Informou ainda estão ocorrendo vários
273 problemas com o SIAB depois da junção com o CNES, pois a maior parte dos municípios
274 está tendo dificuldade em alimentar o sistema. Finalizou reiterando o convite para que os
275 Secretários enviem para o evento os coordenadores e os digitadores que estão
276 trabalhando com o referido sistema. Solicitação de Inclusão para informe na Pauta –
277 Articulação do MS com as Escolas de Saúde Pública: Shirlaine Valeriano/Diretoria de
278 Gestão na Educação na Saúde, informou que a ENSP – FIOCRUZ a pedido do Ministério
279 da Saúde estará fazendo uma articulação com as Escolas de Saúde Pública vinculadas às
280 Secretarias de Estado da Saúde para que seja constituída uma rede formadora no
281 Sistema Único de Saúde no campo da pós – graduação, ensino e pesquisa em saúde e
282 da requalificação profissional no serviço. A rede de escolas será lançada num encontro da
283 ABRASCO em setembro e o DGES está participando, pois desenvolve ações de escola
284 de saúde pública que são reconhecidas pelo Ministério da Saúde. Quando a Rede estiver
285 estruturada o DGES deverá informar à CIB. Solicitação de Inclusão para informe na
286 Pauta – Alteração nos serviços de Saúde em Araguaína e Palmas: Maria Auri informou
287 que devido à grande demanda o Hospital Dona Dorcelina deixou de ser Hospital das
288 Clínicas e passou a ser Pronto Atendimento. O mesmo começou a funcionar nesta
289 semana, apesar das dificuldades. Esclarece que a intenção era atender à demanda
290 gerada junto ao hospital, pois a cidade de Araguaína não possui pronto atendimento com
291 proposta para 24 horas, “tinha o São João que está fechado e o PS Infantil no Dom
292 Orione está sobrecarregado no momento”. Informou ainda que o Hospital Padre Luso,
293 localizado em Palmas, está fechado. A Unidade de Quimioterapia foi mudada para a sede
294 própria localizada no Setor Aurenly III em Palmas. O serviço de Oncologia está sendo
295 realizado no HGP e foi mantido o contrato com o Hospital Dona Juliana. Informou ainda
296 que há uma discussão, que depende da autorização do Governador, para transformar o
297 Hospital Dona Juliana num Hospital Pediátrico. Acrescentou que a proposta inicial era de

transformar o Hospital Dona Juliana em Pronto Socorro para que fosse fechado o do HGP, mas a proposta foi modificada devido a dificuldade do Hospital Dona Regina possuir uma demanda em média de até 450 a 500 partos/mês sendo a maioria desse partos normais. “O caso do Hospital Dona Regina é sério e caótico, e nós já estamos tomando providências para evitarmos o pior. A fila de eletiva vai continuar porque nós ainda não temos solução para este problema”. Solicitação de Inclusão para informe na Pauta – Incompatibilidade dos Eventos: Áurea Maria relatou a dificuldade do COSEMS em relação à incompatibilidade com os eventos que a SESAU vem realizando. “Quando não comparecemos, até na televisão somos criticados. Houve um evento com a Dengue, onde eu enviei um ofício ao Secretário justificando a minha ausência do evento e apresentando a coordenadora do programa e mesmo assim foi veiculado na Televisão que Araguaína não esteve presente sendo um dos municípios prioritários e isso é muito ruim, nós justificamos através de ofício”. Disse também que os secretários receberam dois convites para comparecerem a dois eventos da SESAU, ambos para 27 e 28 de maio. “Então, foi levantado isso na reunião do COSEMS para que se discuta com o estado em relação a essa situação, porque esta difícil pra nós participarmos”. O Sr. Furtunato Soares/Secretário Municipal de Saúde de Gurupi pediu a palavra para manifestar os sentimentos de luto pelo falecimento do Prefeito de Gurupi, João Lisboa da Cruz ocorrido em 06 de maio de 2008. Disse que o Sr. João Lisboa muito fez pela saúde da cidade de Gurupi bem como da região Sul, “não mediu esforços para melhorar o atendimento da média e alta complexidade, inclusive o Hospital Regional de Gurupi foi uma empolgação dele como candidato no primeiro pleito para que se comprasse o Hospital Santa Lúcia junto com o Governador Siqueira Campos e com o Secretário Eduardo Medrado”. Encerrou dizendo que o Senhor João Lisboa foi um homem que lutou e prestou muito serviço para a região sul e para o próprio Estado do Tocantins, foi Vice-Governador e foi Secretário do Interior e Justiça e deixou saudades para todos. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às quinze horas e quarenta minutos. A senhora Ruth faz uma leitura bíblica, proferiu o Salmo 62, seguida de uma oração espontânea. Para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente Substituta e pelos demais membros presentes nesta reunião.

329
330

331

Recebo

332

Seu nome João José Souto

333

Quem quer saber

334

M. Aramagui

335

Luiz R. de S. S. de S.

336

Luiz R. de S. S. de S.

337

Peregrina J. B. de Carvalho

338

J. P. S. Rios

339

*Ullannes Passos Rios
Diretor de Vig. Sanitária
Mat.: 843599-5*

340

Três Reis

341

João

342

João

343

João

344

João

345

Valdeir B. P. de Araújo

João